

# A Política de boa vizinhança chinesa no contexto da integração regional asiática

## Chinese good neighbourhood policy in the context of Asian regional integration

Anna Carletti\*

Boletim Meridiano 47 vol. 13, n. 132, jul.-ago. 2012 [p. 11 a 18]

### Introdução

Desde o início do século XXI, não se fala mais apenas de China, mas de “Grande China” (AUSTIN; HARRIS, 2001), evidenciando uma nova e mais profunda dinâmica de integração entre a China e seus vizinhos, incluindo o Japão e as duas Coreias.

Com efeito, na primeira década do século XXI, a China passou de uma diplomacia essencialmente bilateral a uma diplomacia multilateral se inserindo em grandes organizações multilaterais internacionais como a OMC, ou regionais como a OCX (Organização para Cooperação de Xangai). Além disso, a China aproximou-se da organização regional da ASEAN, que reúne os países do Sudeste Asiático, comunidades que faziam parte da antiga esfera de influência chinesa.

O objetivo de tal mudança de rumo parece ser o de criar um grande bloco que integraria seus vizinhos regionais visando o fortalecimento de uma comunidade da Ásia Oriental, como evidencia o embaixador Paulo Pinto (PINTO, 2005).

Nessa concepção, ao invés de serem sublinhados os limites geográficos entre China e seus vizinhos, seriam enfatizadas suas afinidades culturais e a defesa comum de seus interesses estratégicos, aceitando uma governança regional compartilhada fundada em valores como a harmonia e o desenvolvimento pacífico. Durante o período dinástico, a unidade e a harmonia eram, de fato, os objetivos a serem alcançados também em âmbito internacional (PINTO, 2000, p. 54-55). Talvez, não seja por acaso que o atual presidente da República Popular da China, Hu Jintao, tenha escolhido como lema de seu governo justamente o conceito de “mundo harmonioso” (HU JINTAO, 2005).

Contudo, pairam no ar diversos questionamentos sobre o tipo de influência que a China deseja alcançar num futuro próximo. No Livro Branco de 2005, intitulado “Desenvolvimento Pacífico da China”, o governo chinês sinalizou que a paz é o único caminho possível para o desenvolvimento chinês, evidenciando a cooperação mútua e a boa vizinhança internacional como pontos estratégicos para seu crescimento internacional.

---

\* Professora Adjunta de História das Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa – Unipampa; Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Pesquisadora associada do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – NERINT/UFRGS e do Instituto Brasileiro de Estudos da China e Ásia-Pacífico – IBECAP. Doutora em História pela UFRGS e Pós-Doutora em Ciência Política pela mesma instituição (annacarlettib@hotmail.com).

O objetivo desse trabalho é contribuir para uma melhor compreensão da percepção chinesa das relações internacionais, apresentando, num primeiro momento, a evolução da política externa chinesa de Deng Xiaoping ao atual presidente Hu Jintao e os princípios norteadores da política externa chinesa. Num segundo momento, analisaremos quais as estratégias usadas pelo governo chinês para acalmar os temores de seus vizinhos em relação ao seu crescimento.

## A política externa chinesa de Deng Xiaoping a Hu Jintao

Ao inaugurar a política de “reformas e portas abertas” em 1978, Deng Xiaoping remodelou a política externa chinesa despindo-a de roupagem ideológica e visando construir uma nova imagem da China frente ao cenário internacional. Sua prioridade era o crescimento econômico interno. A abertura da China ao mundo visava atrair o maior número de investidores estrangeiros, sobretudo entre os chineses além-mar em favor do desenvolvimento e enriquecimento da nação, deixando para um segundo momento, o envolvimento do país no cenário internacional. No início da década de 80, foi lançada a teoria da “paz e desenvolvimento” (heping yu fazhan 和平与发展). Com essa teoria, Deng Xiaoping sublinhou a necessidade de um contorno pacífico para que a China pudesse dedicar-se integralmente ao crescimento econômico. Frente às mudanças ocorridas com o fim da Guerra Fria e ao isolamento ao qual a China foi submetida após os fatos de Tian Anmen, em 1989, Deng Xiaoping alertou sobre a necessidade de adotar uma postura de baixo perfil (low profile), uma estratégia prudente e pragmática diante da política de sanções votada pela maioria dos países ocidentais. Os slogans “esperar o momento propício e esconder as próprias capacidades enquanto se aguarda sua vez” (taoguang yanggui yousuo zuowei 韬光养龟有所作为) e “não assumir a liderança” (budangtou 不当头) refletiam tal postura, evidenciando a orientação de Deng Xiaoping em agir na sombra para poder se subtrair do eventual perigo de ser identificado como novo inimigo imaginário no período pós-Guerra Fria (Zheng Yongnian; Tok Sow Keat, 2007). Ainda no início dos anos 90, Deng Xiaoping indicara três prioridades da política externa chinesa: garantir o crescimento econômico, opor-se à hegemonia americana e alcançar a reunificação de Taiwan.

Quando Jiang Zemin assumiu o poder, em 1996, a China encontrava-se mais fortalecida internamente, o que permitiu repensar o papel que o país iria desempenhar na ordem internacional. Deixando de ser um país voltado para dentro, a China começou a prestar mais atenção ao âmbito externo e na melhor maneira de tirar proveito do processo de globalização que rapidamente estava avançando. O ingresso da República Popular da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 marcou o início do envolvimento chinês junto às maiores instituições e organizações internacionais. A China tomou consciência da importância de reconstruir sua imagem internacional, sobretudo, após os fatos de Tian Anmen. Contudo, as autoridades chinesas começaram a perceber que esse retorno ao cenário internacional, acompanhado por um crescimento econômico surpreendente, poderia criar preocupações por parte de seus vizinhos e outros atores que atuavam na Ásia oriental. Era prioritário adequar sua política regional visando tranquilizar seus vizinhos sobre as intenções pacíficas de seu desenvolvimento. Foi nesse contexto que apareceu o novo conceito de “ascensão pacífica” (heping jueqi 和平崛起) com a intenção de inaugurar uma nova estratégia da China em relação ao mundo externo. Durante o Boao Forum<sup>1</sup> no final de 2003, Zheng Bijian, teórico da Escola Central do Partido e idealizador da nova teoria, reiterou que esse novo projeto visava apenas melhorar a participação da China no processo de globalização econômica, não possuindo o país interesse algum de se expandir territorialmente. Ascensão, portanto, não era sinônimo de expansão colonialista como significou para outros países

<sup>1</sup> Lembramos que o Boao Forum é uma ONG cuja sede encontra-se na ilha de Hainan (no sul da China) e que nasceu com o objetivo de dar mais voz aos atores asiáticos para além das instituições políticas e econômicas já existentes como a APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico).

no passado, mas enquadrava-se num conceito mais amplo de “segurança coletiva” em vista de uma sempre maior estabilização política da região asiática. A teoria idealizada por Zheng Bijiang tinha como principal objetivo, portanto, demonstrar que o crescimento chinês não iria representar um perigo para os outros países (ZHENG BIJIANG, 2010).

No ano seguinte, o presidente Hu Jintao, sempre no Boao Forum lançou o termo “Caminho do desenvolvimento pacífico” (heping fazhan daolu 和平发展道路) substituindo-o ao termo previamente usado de “ascensão pacífica”. O conteúdo da proposta continuou o mesmo, apenas a palavra desenvolvimento foi considerada menos ameaçadora do que a palavra ascensão, termo este que provocara temor, sobretudo nos países vizinhos.

Ao lado do slogan de “desenvolvimento pacífico”, Hu Jintao escolheu outro lema, o de “mundo harmonioso” (hexie shijie 和谐世界) que caracterizou a nova fase da política externa chinesa, denominada de Nova Diplomacia Chinesa.

Com efeito, Hu Jintao, representante da quarta geração política chinesa<sup>2</sup> herdou do seu predecessor não apenas uma China posicionada já entre as primeiras seis maiores economias mundiais, mas também uma China que sofria de profundas desigualdades econômicas no plano doméstico, enquanto seu entorno territorial era ameaçado por fenômenos de terrorismo internacional e movimentos separatistas preocupantes. Diante desses desafios, Hu Jintao lançou o slogan de “sociedade harmoniosa” (hexie shihui 和谐社会), que iria guiar as ações governamentais no âmbito doméstico, e “mundo harmonioso”, no plano internacional. A China precisava de um contorno regional e internacional pacífico, harmonioso para poder progredir em seu crescimento econômico. A partir desse momento, o país deixou de simplesmente se adaptar à conjuntura internacional, para adotar uma postura mais ativa em âmbito internacional visando o estabelecimento de um mundo harmonioso. Estudiosos chineses apontam, entretanto, que, num primeiro momento, tal saída limitou-se às esferas econômicas e culturais. As autoridades de Pequim desejavam evitar uma desnecessária e exagerada exposição mantendo-se dentro das molduras de trabalho das Nações Unidas e das organizações regionais de cooperação (Zheng Yongnian; Tok Sow Keat, 2007). O conceito de “mundo harmonioso” apareceu pela primeira vez no mês de abril de 2005 quando o presidente Hu Jintao, dirigindo-se aos participantes da Cúpula Ásia-África, propôs que os países dos dois continentes promovessem uma amigável coexistência, diálogos baseados na igualdade, e um desenvolvimento comum e prosperidade das diferentes civilizações, visando a criação de um mundo harmonioso. Em 1 de julho de 2005, o conceito de “mundo harmonioso” foi incluído na Declaração Conjunta da China e Rússia sobre a Ordem Mundial no século XXI, evidenciando um consentimento dos dois países em relação ao novo conceito chinês (Yuan Peng, 2007).

## A política de boa vizinhança (mulin zhengce 睦邻政策) e a inserção da China no contexto regional

A atual política de boa vizinhança enraíza-se numa realidade histórica que remonta ao período anterior à chegada dos Ocidentais. Segundo Kang “a China e seus tributários possuíam muito mais interação mútua do que se conhece tradicionalmente” (2007, p. 31).

O comércio possuía um duplo objetivo: o primeiro para consolidar o sistema regional, pois facilitava a interação entre estados, e o segundo que visava desenvolver as instituições estatais domésticas.

À centralidade política chinesa correspondia a subordinação das regiões periféricas. As vantagens para estas últimas era o livre acesso ao mercado chinês e sua tecnologia e o reconhecimento por parte do

2 A primeira geração política chinesa foi guiada por Mao Zedong. A segunda foi liderada por Deng Xiaoping de 1978 a 1993. A terceira por Jiang Zemin (1993-2002) e a quarta geração por Hu Jintao (2002-2012). Nesse ano de 2012 a quinta geração política está se preparando para assumir o governo da RP da China.

governo chinês da legitimação do próprio governo. Em troca, ofereciam tributos e obediência. A crença da superioridade da China em relação a seus vizinhos foi institucionalizada por meio do sistema tributário que trazia vantagens tanto para a China quanto para seus estados vassallos. A esse propósito, Kissinger reitera a concepção que a China tinha dela mesma, não como “grande civilização”, entre outras, mas como única civilização (KISSINGER, 2011).

Ao mesmo tempo em que na Europa inaugurava-se um sistema de equilíbrio de poder sancionado pelo Tratado de Westfália (1648), entre unidades políticas com poderes homogêneos e que prezavam pela defesa de sua soberania e autonomia política, o Império da China enfrentava uma conjuntura regional totalmente oposta à europeia. Nenhum de seus vizinhos poderia competir com o Império do Meio. A própria postura do Imperador, cujo poder fundava-se no mandato celeste, não era uma postura de disputa, mas de abertura com o objetivo de facilitar a aproximação de seus vizinhos para que se beneficiassem da cultura avançada de seu Império. Entre os principais Estados tributários que compunham a esfera de influência chinesa estavam, além da Coreia, os países do Sudeste Asiático que, com exceção do Vietnã, mostravam-se propensos a importar para seus países o modelo cultural chinês. Exemplo disso era o fato de que os clássicos chineses constituíam a base de preparação para os funcionários dos países subordinados à China (ROSA, 2010, p. 12).

Partindo desses pressupostos históricos, na percepção de Kang (2007), o retorno da China ao centro de gravidade asiática é percebido como natural por parte dos outros estados asiáticos que começaram a se adaptar a essa nova situação. Desde sua abertura, a China através da evolução de sua política externa, como observamos na primeira parte do artigo, procurou ganhar a confiança de seus vizinhos que passaram a considerá-la como “um bom vizinho, um parceiro construtivo, um ouvinte cuidadoso e uma potência regional que deixou de ser ameaçadora” (SHAMBAUGH, 2004).

Obviamente, a China, mesmo passando a ocupar um lugar central no âmbito das relações de interdependência da região asiática, não é o único protagonista, devendo dividir o palco de atuação com atores importantes como os Estados Unidos, a Índia, o Japão e os países do Sudeste Asiáticos. Buscando evidenciar algumas das razões que levaram a China a se envolver de forma singular na Ásia, encontramos diversos autores que concordam nos tempos e eventos que facilitaram tal inserção. Segundo Shambaugh (2004), alguns eventos ocorridos durante a década de 1990 prepararam o terreno para a formulação da Nova Diplomacia Chinesa: o primeiro evento situa-se no pós-Tian Anmen, quando os países asiáticos distanciaram-se da postura de condenação adotada por muitos países ocidentais. O Japão, por exemplo, mesmo num primeiro momento condenando o uso da força, decidiu no ano seguinte não participar mais do processo das sanções. Os países do Sudeste Asiático, ao invés de se distanciar da China, dela se aproximaram evitando qualquer tipo de condenação.

O segundo evento refere-se à crise econômica de 1997-98 que envolveu os países do Sudeste Asiático. Diante do perigo da desestabilização regional que estava se configurando, a China decidiu ajudar financeiramente os países vizinhos de forma a evitar que a crise se espalhasse em toda a região. Os países atingidos pela crise apreciaram tal postura, ao contrário daquela adotada pelo FMI e pelos Estados Unidos. Segundo Kang (2007) a crise asiática mostrou a interdependência existente entre os estados asiáticos enquanto evidenciou o descompromisso norte-americano para com o desenvolvimento asiático. Outro evento é relatado por Shambaugh (2004) mais como um processo gradual que como um evento isolado, processo que se estendeu de 1997 a 2001. Nesse período a China passou a perceber as organizações regionais mais como instrumentos úteis para seu crescimento e inserção regional que como organismos que visariam a contenção de seu poderio. Além de perceber a pouca influência que os Estados Unidos exerciam sobre tais organizações, as autoridades de Pequim descobriram que havia compatibilidade entre os objetivos dessas organizações e o interesse nacional chinês (Shambaugh, 2004, p. 69). Os princípios bases que norteiam, por exemplo, a ASEAN, têm o mesmo espírito dos cinco princípios de Coexistência Pacífica, elaborados

pelo primeiro ministro Zhou Enlai entre os anos 1953 e 1954. Estes princípios foram incluídos no documento final da Conferência de Bandung de 1955 e, ainda hoje, são considerados pilares da política externa chinesa<sup>3</sup>.

Dentro da política de boa vizinhança, insere-se também a estratégia chinesa de resolução dos conflitos fronteiriços. A China faz fronteira com quatorze países com os quais compartilha 22.117 quilômetros nas fronteiras terrestres<sup>4</sup>. Ao longo dos 14.500 quilômetros de fronteira marítima encontram-se vizinhos importantes como a Coreia do Sul, as Filipinas e o Japão.

É de 1996, ainda no governo de Jiang Zemin, o Acordo de cunho militar referente às regiões de fronteira dos países da Ásia Central assinado entre China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão. Tal acordo faz parte da estratégia chinesa de negociar compromissos acerca de suas fronteiras mesmo se muitas vezes em termos desfavoráveis para o interesse nacional como aponta Kang (2007, p. 89). O pesquisador Taylor Fravel afirmou que isso ajudou a China a atingir o objetivo de estabilidade interna, pois “resolver disputas fronteiriças pode selar fronteiras, negar refúgio a dissidentes internos, ganhar promessas de que potências estrangeiras não vão intervir, e afirmar sua soberania sobre a instabilidade na região” (FRAVEL, 2005). Citamos como exemplo a resolução pacífica acerca das fronteiras da China com Mianmar, Nepal e Mongólia, onde a China acabou por se contentar com apenas 18% da terra disputada com Mianmar, 6 % com o Nepal e 29% da terra disputada com a Mongólia (KANG, 2007, p. 89). No âmbito da resolução pacífica das fronteiras, David Shambaugh aponta um dado interessante. Visando a resolução pacífica de suas disputas territoriais em regiões de fronteiras, a China assinou tratados referentes a 20.222 quilômetros de suas fronteiras, incluindo países como Afeganistão, Mianmar, Cazaquistão, Quirguistão, Mongólia, Nepal, Paquistão e Rússia (SHAMBAUGH, 2004). A China também resolveu suas disputas com Camboja e Vietnã assinando o Acordo de Paz em Paris, em 1991. Permanecem ainda não resolvidas as disputas fronteiriças com a Índia. Contudo, os dois países iniciaram negociações já em 1995, visando a resolução pacífica e mitigando a histórica rivalidade por meio de tratados de amizade que reduziram a tensão entre os dois gigantes asiáticos. O pesquisador do Centro de Relações Internacionais Contemporâneas de Pequim, Wei Zhonglei (2010) afirmou que a China fortaleceu as iniciativas dirigidas à segurança fronteiriça, sobretudo no caso das disputas ainda em aberto como é o caso da Índia. No que concerne à delimitação marítima, a China – visando salvaguardar a soberania nacional – não hesitou em submeter às Nações Unidas um dossiê contendo suas reivindicações sobre a defesa dos seus direitos de proteção marinhos. Ao mesmo tempo, porém, as autoridades chinesas procuraram encontrar soluções pacíficas junto a seus vizinhos evitando o surgimento de tensões e disputas no contexto regional.

Em novembro de 2002, a China já assinara uma Declaração (*Declaration on the Conduct of Parties in the South China Sea*) que proibia o uso da força na resolução de disputas sobre a soberania das ilhas Spratly no Mar Chinês Meridional<sup>5</sup>.

Em 2009, por ocasião das celebrações dos 60 anos da fundação da República Popular da China, Hu Jintao, diante dos jornalistas estrangeiros evidenciou a importância da construção conjunta com seus vizinhos de um “mar harmonioso” (Wei Zhonglei, 2010).

## Conclusões

O retorno da China a uma posição de destaque no continente asiático resultou em uma mudança estrutural do sistema internacional e em uma reconfiguração geopolítica da região.

3 Lembramos que os cinco princípios de coexistência pacífica são: respeito recíproco da soberania e integridade territorial, respeito do princípio de não agressão, não ingerência nos assuntos internos de outros Estados, igualdade e benefício mútuo, coexistência pacífica.

4 Os países limítrofes são: Afeganistão, Butão, Cazaquistão, Coreia do Norte, Índia, Laos, Mianmar, Mongólia, Nepal, Paquistão, Quirguistão, Rússia, Tajiquistão e Vietnã.

5 O texto da declaração encontra-se disponível em: <http://www.aseansec.org/13163.htm>.

Segundo a teoria realista tradicional, a ascensão da China deveria ter provocado um equilíbrio de poder entre a China e os países limítrofes (KANG, 2005). Contudo, o que se observa, é que os vizinhos das quatro regiões com as quais a China interage estão se acomodando à nova situação, buscando aproveitar e participar do crescimento chinês, ao invés de combatê-lo. A estratégia adotada pela China, definida nesse artigo como política de boa vizinhança, ajudou o país a criar um contorno regional favorável à manutenção do seu crescimento econômico. Sua postura pró-ativa em âmbito internacional mitigou o temor de seus vizinhos e fortaleceu sua influência internacional também no plano diplomático e político.

Mesmo defendendo sua soberania, a China deixou claro nessa sua nova postura diplomática que não possui nenhuma ambição territorial que possa ameaçar seus vizinhos. Ao contrário, ela oferece benefícios econômicos e políticos a seus aliados.

Essa nova configuração das relações internacionais da Ásia, com a China ocupando novamente o baricentro do continente, poderia fazer pensar em um possível retorno ao sistema tributário da época dinástica com a China retomando relações de vassalagem com os países limítrofes. Contudo, diversos autores consideram tal possibilidade infundada (SHAMBAUGH, 2004, p. 66 e KANG, 2007). Mesmo querendo se beneficiar do crescimento chinês, os estados vizinhos não estariam mais dispostos a realizar o kowtow<sup>6</sup> frente ao governo de Pequim. O governo de Pequim, por sua vez, aprendeu a duras penas que os valores sobre os quais baseava-se o antigo sistema sinocêntrico do período dinástico revelaram-se inadequados para a manutenção do poder. Ao invés disso, a atual política externa chinesa está trabalhando para o fortalecimento de uma ordem mundial multipolar, no âmbito da qual a China deverá retomar seu status de grande potência, dessa vez, ao lado de outros grandes atores internacionais.

## Bibliografia

- ALCARO, Riccardo (org). L'ascesa della Cina e gli equilibri strategici nel Pacifico Occidentale. In: *Documenti IAI* (Istituto Affari Internazionali). n. 39 – Gennaio 2006.
- AUSTIN, Greg; HARRIS, Stuart. *Japan and Greater China: Political Economy and Military Power in the Asian Century*. London: Hurst & Company, 2001.
- FAIRBANK, John K.; MERLE, Goldman. *China, uma nova História*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.
- FRAVEL, Taylor. Regime Insecurity and International Cooperation: Explaining China's compromises in territorial disputes. In: *International Security* 30, n.2 (Fall, 2005), p. 46-83
- KANG, David. *China Rising: Peace, power and order in East Asia*. New York: Columbia University Press, 2007.
- KISSINGER, Henry. *On China*. New York: Penguin Press, 2011.
- PINTO, Paulo P. *A China e o Sudeste Asiático*. Porto Alegre: Edufrgs, 2000.
- \_\_\_\_\_. China – A ascensão pacífica da Ásia Oriental. In: *Rev. Bras. Polít. Int.* 48 (2), 70-85: 2005.
- ROSA, Paolo. *Lo stile del drago: processi e modelli della politica estera cinese*. Rubettino Editore: Soveria Mannelli (Calabria), 2010.
- SHAMBAUGH, David. China Engages Asia: Reshaping the Regional Order. In: *International Security* 29, n. 3 (Winter 2004/05), p. 64-99. Disponível em: <http://www.brookings.edu/views/articles/shambaugh/20050506.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2012.
- SWANSTRÖM, Niklas. China and Central Asia: a new Great Game or traditional vassal relations? In: *Journal of Contemporary China*, 2005, 14 (45) November, p. 569-584.

6 O kowtow era uma cerimônia de reverência realizada frente ao imperador chinês quando das visitas periódicas por parte dos reis dos países vizinhos.

- VISENTINI, Paulo G.F. *As relações diplomáticas da Ásia*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.
- YUANG PENG. A Harmonious World and China's New Diplomacy. In: *Contemporary International Relations*, May/June. 2007.
- ZHENG YONGNIAN; TOK SOW KEAT. "Harmonious Society" and "Harmonious World": China's policy discourse under Hu Jintao. In: *Briefing Series – Issue 26*. October, 2007. Nottingham: China Policy Institute Copyright, 2007.
- ZHENG BIJIAN. *Zhongguo heping jueqi xin daolu He Yazhou de weilai* (Um novo percurso para a ascensão da China e o futuro da Ásia), 4 de fevereiro de 2010. Disponível em: [http://news.xinhuanet.com/newscenter/2003-11/24/content\\_1195240.htm](http://news.xinhuanet.com/newscenter/2003-11/24/content_1195240.htm). Acesso em: 30 abr. 2012.

## Resumo

O artigo visa analisar a evolução da política externa chinesa de Deng Xiaoping a Hu Jintao e os princípios norteadores da política externa chinesa na primeira década do século XXI. Serão analisadas também as estratégias usadas pelo governo chinês para acalmar os temores de seus vizinhos em relação ao seu crescimento.

## Abstract

The article analyses Chinese foreign policy's evolution from Deng Xiaoping to Hu Jintao and the guiding principles of China's foreign policy *in the first decade of the 21st century*. It will be also evaluate the strategies used by the Chinese government to calm the fears of his neighbors in relation to its growth.

Palavras chave: China; Integração Regional; Política de Boa Vizinhança

Key-words: China; Regional Integration; Good Neighbor Policy

Recebido em 29/07/2012

Aprovado em 07/08/2012